

Lula fala em mais ministérios, concursos e servidores

FUNCIONALISMO

Quadro de servidores será ampliado, diz Lula

Presidente lembra que aumentou número de ministérios com a promessa de que não seriam criados novos cargos, mas afirma que há necessidade de fazer novos concursos

por FERNANDA STRICKLAND
e RAFAELA GONÇALVES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, ontem, que o governo fará novos concursos para ampliar o quadro de funcionários federais. Durante a live semanal Conversa com o Presidente, o chefe do Executivo defendeu a ampliação do número de ministérios, que em seu governo saltou de 22 para 38.

Segundo ele, a nova estrutura não tinha o objetivo de aumentar cargos, mas o número de funcionários agora é insuficiente. "Nós precisamos os ministérios com a decisão de que não íamos aumentar um único cargo. Ou seja, só para você ter ideia, nós remontamos o governo, recriamos os ministérios, com menos funcionários do que tínhamos em 2018. Nós vamos ter que fazer concursos", disse.

Entre as novas pastas, estão os ministérios dos Povos Indígenas, das Mulheres e da Igualdade Racial. Segundo o petista, essa ampliação foi "extremamente importante para a relação com segmentos muito ativos da sociedade". "Obviamente, vamos ter que fazer mais concursos para preencher e atender a demanda de funcionários. Como é que vamos ter fiscais para combater o desmatamento, combater as queimadas?", questionou.

O Brasil conta, hoje, com cerca de 11 milhões de servidores públicos, número que representa em torno de 12,4% dos trabalhadores do país. O número não é tão grande quando comparado à população do país e, comparativamente, está abaixo do verificado em grande número de países.

Para o presidente do Fórum das Carreiras Típicas de Estado

(Fonacate), Rudinei Marques, há uma necessidade de novos concursos públicos. "Nós temos um déficit de 90 a 100 mil vagas de servidores. O quadro do funcionalismo, hoje, é inferior ao de 1991", disse. "Num período em que a população aumentou 40%, perdemos cerca de 100 mil servidores. Então, temos que ter mais concursos", afirmou.

No quesito gastos públicos, comparando as despesas com funcionalismo em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil é o 7º país do mundo que mais gasta com pagamento de servidores públicos ativos e inativos, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nesse caso, o país gasta proporcionalmente mais do que nações como Alemanha, Suécia e Espanha.

De acordo com o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, há um desequilíbrio no setor público, com órgãos com evidente excesso de servidores para o volume limitado de trabalho demandado, enquanto outros têm quadro insuficiente de funcionários. "Órgãos como Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Agência Nacional de Águas e Energia, entre outros, sofrem com falta histórica de quantitativo de servidores", avaliou.

No entanto, ele observou que o governo já tem dificuldades de repor perdas salariais ocorridas nos últimos anos e que o orçamento para o próximo ano também está apertado. "A pressão incorrida por determinadas categorias tem sido bem significativa. Veja o caso do Banco Central e da Receita Federal, por exemplo", lembrou. "Apesar disso, o cenário de déficit primário elevado, e



Esplanada dos Ministérios: primeiro concurso unificado vai oferecer 6.640 vagas em 20 diferentes órgãos

de promessa de zero-ão já em 2024, torna o coberto ainda mais curto para o governo realizar grandes concursos e contratações", alertou Viana.

Concurso unificado

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou, em setembro, a criação do Concurso Nacional Unificado do serviço público federal. Cerca de 20 órgãos e entidades da administração federal aderiram ao novo modelo de seleção de servidores.

A ideia é criar algo similar ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que é aplicado simultaneamente em todo o país. O certame foi dividido em duas partes: provas objetivas, com matriz comum a todos os candidatos, e provas específicas e dissertativas por blocos temáticos, de acordo com a área escolhida pelos participantes.

O edital está previsto para ser publicado em 20 de dezembro, com a aplicação de provas entre fevereiro e março de 2024. Serão 6.640 vagas, com salários iniciais que podem chegar a cerca de R\$ 22 mil.

» Quatro indicados para o Cade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou ontem as quatro indicações para o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que está paralisado desde o início deste mês por falta de quórum para realizar julgamentos. Os indicados são o ex-advogado-geral da União, José Levi, a economista Camilla Cabral, o superintendente adjunto do Cade, Diogo Thomson, e o consultor legislativo do Senado Carlos Jacques Vieira. Os despachos foram publicados no Diário Oficial da União e encaminhados para o Senado, que precisa aprovar as indicações.

Dia de mutirão no Desenrola

O governo vai promover, hoje, um grande mutirão para aumentar a adesão da população ao Desenrola, o programa de renegociação de dívidas lançado em julho. Segundo dados do Ministério da Fazenda, o programa beneficiou 2,7 milhões de pessoas e renegociou cerca de R\$ 20 bilhões em dívidas desde que foi criado. Mas, segundo o governo, cerca de 12 milhões de pessoas com CPFs negativos podem ter seus débitos renegociados pelo programa. Nessa fase, podem participar todas as pessoas com débitos de até R\$ 20 mil.

Uma novidade do programa é que cerca de 1,2 milhão de estudantes ou formados inadimplentes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) podem negociar débitos com até 99% de desconto. Nesse caso, os devedores devem procurar a agência do banco responsável pelo financiamento.

O desconto médio nas dívidas do Desenrola tem sido de 85%, mas pode atingir até 98% em alguns casos. O programa permite a renegociação de dívidas sem o pagamento de entrada, assim como a utilização da primeira parcela do 13º salário para iniciar o processo, com o início da quitação das parcelas a partir de dois meses à frente, ou seja, só em 2024. O parcelamento pode chegar a 60 meses, o que permite aos devedores restabelecer a capacidade financeira e iniciar o próximo ano com melhor planejamento.

Para apoiar o mutirão, parte das agências do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal são abertas, hoje, uma hora mais cedo. Para a presidente do BB, Tarciana Medeiros, "o mutirão é importante para ampliar a recuperação de créditos, que tem permitido aos clientes

voltarem ao mercado de consumo, e contribuído para dar dinamismo à economia".

No caso da Caixa, as unidades estarão abertas para atendimentos especializados relacionados ao Desenrola, à negociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e informações sobre a quitação de contratos do Minha Casa, Minha Vida para quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o Bolsa Família.

Para José Luiz Pagnussat, presidente do Conselho Regional de Economia (Conrec-DF) e professor de planejamento governamental da Universidade de Brasília (UnB), o Desenrola é importante para romper o desequilíbrio das dívidas de grande parcela das famílias brasileiras. "Esse programa deveria ser ampliado, com novas fases, e beneficiar mais famílias endividadas", avaliou. (F8)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia Pagina: 7